

## AMMPP celebra posse da nova diretoria

ALEXA LANZA



▲ Diretoria eleita e o prefeito Márcio Lacerda

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMPP) promoveu, na noite de 25 de fevereiro, coquetel em comemoração da posse da diretoria eleita para o biênio 2016-2018.

PÁGINAS 3 E 4

### Conamp homenageia Nedens Ulisses

O ex-presidente da AMMPP Nedens Ulisses, 2º vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), foi homenageado na noite de 25 de fevereiro pela Conamp. Ele recebeu Moção de Reconhecimento das mãos

da presidente Norma Angélica (foto). O procurador de Justiça Nedens Ulisses desenvolveu “proficua gestão nos biênios 2012/2014 e 2014/2016” e teve “brilhante participação na Conamp” no biênio passado. A cerimônia foi realizada na sede da AMMPP.



MÁRIA DO SOCORRO MARTOS

PÁGINA 5

BARBARA PERKOTO



### HaHaha leva alegria a crianças doentes

Quatro hospitais da capital mineira (Hospital das Clínicas-UFMG, Santa Casa, Hospital João Paulo II e Hospital da Baleia) recebem nas alas de pediatria o programa de intervenções artísticas de palhaços profissionais do Instituto HaHaha. Durante todo o ano, duas vezes

por semana, uma dupla de palhaços visita as crianças hospitalizadas. O trabalho tem foco na criança, mas atinge enfermeiras, médicos, administração, pais, visitantes e toda a comunidade hospitalar. O serviço é gratuito para o hospital, porque é patrocinado por empresas.

PÁGINAS 8 A 10

## EDITORIAL

### Prezados associados,

A diretoria da AMMP pretende facultar aos colegas a oportunidade de engajamento social através da participação em atividades voltadas para a caridade. Todos nós temos vontade de participar de trabalhos sociais, mas, muitas vezes, não sabemos muito bem como ou o que fazer.

Dessa forma, independentemente de religião ou de qualquer vinculação política, a AMMP passará a apresentar-lhes opções de atividades dessa natureza através de publicações mensais em quadro próprio e com causas de variadas ordens.

A primeira publicação mensal está sendo divulgada nesta edição e traz matéria sobre o Instituto HaHaHa, cujos integrantes se vestem de palhaços e realizam visitas em hospitais públicos de Belo Horizonte. São colocadas referências na matéria sobre a possibilidade de realização de cursos de formação na área para os associados que tiverem interesse nesse tipo de atividade e também de indicação de referências para aqueles que quiserem contribuir financeiramente.

Outros projetos estão sendo analisados. Como piloto, foi realizada uma visita aos setores de pediatria, pronto-socorro e coleta do Hospital das Clínicas, oportunidade em que algumas demandas foram identificadas. No caso, a brinquedoteca e o espaço destinado ao refeitório das crianças na ala da pediatria estão precisando de recursos para a melhoria dos setores. O Hospital das Clínicas foi escolhido neste primeiro momento, porque atende pessoas do Estado inteiro e só o seu laboratório realiza, em média, 140 mil exames por mês.

Através de documento oficial do Hospital das Clínicas foi encaminhada uma lista de materiais referentes às necessidades dos espaços cogitados para que cada um dos interessados possa fazer a sua contribuição através de doação.

A AMMP, de posse da lista de objetos apresentada, fez uma pesquisa de preços. A lista com os valores será divulgada na internet ou mesmo fora do ambiente virtual para que os associados que quiserem escolham um ou mais objetos e contribuam com o pagamento do valor através de boleto.

Com a contribuição, o material escolhido será adquirido pela AMMP e entregue ao Hospital das Clínicas. No dia da entrega, inclusive, os associados que tiverem interesse em comparecer poderão estar conosco.

DIRETORIA DA AMMP



Rua Timbiras, 2.928  
Barro Preto  
30140-062

Belo Horizonte/MG  
ammp@ammp.org.br  
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é  
uma publicação da  
Associação Mineira do  
Ministério Público

**Presidente:**  
José Silvério  
Perdigão de Oliveira

**1º vice-presidente:**  
Enéias Xavier Gomes

**2º vice-presidente:**  
Larissa Rodrigues  
Amaral

**3º vice-presidente:**  
Luiz Felipe de  
Miranda Cheib

**4º vice-presidente:**  
Fabiano Mendes Cardoso

**1º diretor administrativo:**  
Francisco Chaves  
Generoso

**2º diretor administrativo:**  
Fabiano Ferreira Furlan

**1º diretor financeiro:**  
Edson Ribeiro Baeta

**2º diretor financeiro:**  
Eduardo Francisco  
Lovato Bianco

#### Responsáveis pela edição

*Jornalista responsável*  
Ofélia L. P. Bhering  
(MG 2.289 JP)

*Repórteres*  
Bárbara Peixoto  
(MG 0018414)  
Felipe Jávare  
(MTB 12046/MG)

*Diagramação*  
Edições Geraes Ltda.

**Tiragem**  
1.000 exemplares



## Se você tem mais de 65 anos, JustVida tem um plano perfeito para você.

Quem tem mais de 65 anos tem necessidades diferentes de quem está começando a vida. Por isso existe JustVida Sênior. Ele é um seguro de vida exclusivo para quem é da área da Justiça e oferece vantagens que os outros seguros não tem.

JustVida tem excelentes opções de capitais segurados, não requer exames prévios ou declarações de saúde e é muito simples de fazer: basta ligar para Siena Corretora de Seguros no telefone 0800 771 1231 e solicitar a visita de um consultor.

Quer saber mais? Visite o Portal de Seguros da AMMP ou entre em contato com a Siena Corretora de Seguros.

Portal de Seguros da AMMP: [www.sienaseguros.com.br/ammpseg](http://www.sienaseguros.com.br/ammpseg)



# Associação comemora posse da nova diretoria

A Associação Mineira do Ministério (AMMP) promoveu, na noite de 25 de fevereiro, a posse festiva da nova diretoria. A posse estatutária foi realizada em 4 de janeiro.

Compõem a nova diretoria: José Silvério Perdigão de Oliveira, presidente; Enéias Xavier Gomes, 1º vice-presidente; Larissa Rodrigues Amaral, 2º vice-presidente; Luiz Felipe de Miranda Cheib, 3º vice-presidente; Fabiano Mendes Cardoso, 4º vice-presidente; Francisco Chaves Generoso, 1º diretor administrativo; Fabiano Ferreira Furlan, 2º diretor administrativo; Edson Ribeiro Baeta, 1º diretor financeiro; Eduardo Francisco Lovato Bianco, 2º diretor financeiro.

Prestigiaram a festa, dentre promotores e procuradores de Justiça, juízes e desembargadores, políticos, familiares e amigos, o procurador-geral de Justiça Carlos André Mariani; a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica; a ouvidora do MPMG, Ruth Lies Scholte de Carvalho; o presidente da Associação do MPRJ, Luciano Oliveira Mattos de Souza; o presidente e vice da Associação do



ALEXA LANZA

MP de São Paulo, Felipe Locke Cavalcanti e Gabriel Bittencourt Perez; o presidente do Tribunal de Justiça de Minas, desembargador Pedro Carlos Bittencourt Marcondes; o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; os secretários de Estado Helvécio Magalhães, de Planejamento de Gestão, e Marco Antônio Teixeira, da Casa Civil; e o presidente

da Fundação Escola Superior do Ministério Público (Fesmp), Antônio Sérgio Tonet.

E mais: o ex-presidente da Conamp Achilles Siquara Filho; os ex-presidentes da AMMP Epaminondas Fulgêncio Neto, Flodesmidt Riani, Joaquim Cabral Netto, Luiz Carlos Abritta, Nedens Ulisses, Rômulo de Carvalho Ferraz e Vagner Vartuli.

▲ Presidente da AMMP, associados e o prefeito de BH

## Conselhos

### Deliberativo/Capital

- ♦ Antônio José Leal
- ♦ Iraídes de Oliveira Marques Caillaux
- ♦ Josélia de Almeida Santos
- ♦ Marcos Viola de Carvalho
- ♦ Maria Odete Souto Pereira
- ♦ Nélio Costa Dutra Júnior e
- ♦ Patrícia Ribeiro de Oliveira

### Deliberativo/Interior

- ♦ Calixto Oliveira Souza
- ♦ Fábio Soares Guimarães Filho
- ♦ Felipe Gustavo Gonçalves Caires
- ♦ Fernando de Abreu Mendes
- ♦ Francisco Angelo Silva Assis
- ♦ Hélio Pedro Soares e
- ♦ Wagner Marteleto Filho

### Fiscal

- ♦ Alessandro Garcia Silva
- ♦ Ângelo Alexandre Marzano
- ♦ Décio Monteiro Moraes
- ♦ Epaminondas da Costa
- ♦ João Paulo Fernandes e
- ♦ Luz Maria Romanelli de Castro

# CELEBRAÇÃO POSSE

FOTOS ALEX LANZA



# Conamp homenageia Nedens Ulisses

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) homenageou, na noite de 25 de fevereiro, o procurador de Justiça Nedens Ulisses Freire Vieira pelo sucesso de gestão na presidência da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) nos biênios 2012/2014 e 2014/2016, e por seu trabalho na Conamp.

A entrega da Moção de Reconhecimento foi feita pela presidente da Conamp, Norma Angélica, que destacou “o trabalho profícuo de Nedens Ulisses em dois mandatos na AMMP, na linha de frente, em vigília e luta pela garantia dos direitos e prerrogativas do Ministério Público mineiro”.

Norma homenageou também o presidente da AMMP, José Silvério Perdigão, “que incorpora o que temos de melhor nesta casa, a AMMP que ele tanto ama”, destacou.

Nedens Ulisses, depois de lembrar um pouco de sua caminhada profissional e da história do MP brasileiro, agradeceu “à Conamp, à AMMP, à classe e à líder Norma Angélica, companheira de luta e trabalho em prol do MP e da própria sociedade brasileira”.



ALEX LANZA

## Congresso Nacional será em BH

Norma Angélica anunciou, na ocasião, que o próximo Congresso Nacional do Ministério Público será realizado no ano que vem, em Belo Horizonte.

Nedens Ulisses: agradecimentos

## AMMP vai promover mensalmente o Chá das 3 para aposentados e pensionistas

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) promoveu, na tarde de 1º de março, o Chá das 3 com aposentados e pensionistas. O presidente e a 1ª vice-presidente José Silvério Perdigão e Larissa Rodrigues Amaral, respectivamente, receberam o procurador-geral de Justiça Adjunto Institucional, Geraldo Flávio Vasques, que, na oportunidade, entregou a cada associado presente o demonstrativo do saldo das verbas atrasadas, juntamente com ofício emitido pelo PGJ com o plano de pagamento das respectivas verbas.

Esse foi a segunda edição do Chá das 3, que será realizado mensalmente na primeira terça-feira do mês, sempre às 15 horas, na sede da AMMP.

Para o procurador de Justiça Fernando de Abreu Mendes, essa é uma oportunidade ótima de confraternização, principalmente para aqueles que se sentem mais solitários. A promotora de Justiça Marlene Maria Almeida Fernandes também disse que o momento é muito bom para encontros e confraternização e, principalmente, para dirimir algumas dúvidas de questões administrativas.



FOTOS: BARBARA PIROTO

### Lançamento

No dia 2 de fevereiro, foi realizado o primeiro Chá das 3 com aposentados e pensionistas.



Na primeira edição do Chá das 3, tempo também para dirimir dúvidas



Fernando de Abreu Mendes: oportunidade para congraçamento



Marlene Fernandes e Olga de Oliveira Ebaud: encontro e confraternização

# Ortopedista dá dicas para vida saudável

Alimentação adequada, sono regular, atividade física, com descanso entre as atividades, condicionamento muscular e alongamento, boa postura, trabalho gerenciado e lazer semanal compõem a receita do ortopedista Ricardo Savassi para uma vida saudável.

Savassi, que ingressou no AMMP-Saúde em outubro de 2007, atende às quartas, das 8 às 12 horas, e às sextas-feiras, das

13h30 às 17 horas, no ambulatório do AMMP-Saúde, que funciona no terceiro andar do edifício-sede da AMMP. É formado em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especializações em Cirurgia Geral, Ortopedia e uma subspecialização em quadris.

Segundo Ricardo Savassi, é importantíssima a atenção ao condicionamento muscular e alongamento, especialmente para aqueles que praticam esporte e

não são profissionais, como é o caso dos associados, a fim de serem evitadas fraturas por estresse. “Por causa da dor e do esporte mal orientado, a Ortopedia é uma clínica prevalente”, ressalta.

Joelho, coluna e mãos são as maiores queixas dos adultos em seu consultório, afirma. Já as crianças têm mais traumas nos joelhos e pés. Savassi informa ainda que, também na Ortopedia, a mulher é mais previdente e o homem mais curativo.

MARIA DO SOCORRO MATTOS



▲ Joelho, coluna e mãos são as maiores queixas dos adultos

## Fibromialgia

A Fibromialgia, que acomete, segundo pesquisas, cerca de 4% da população mundial e é até oito vezes mais comum entre as mulheres, principalmente entre 30 e 50 anos de vida, também é uma queixa frequente no consultório.

Fibromialgia é uma síndrome não inflamatória em que a pessoa sente dores musculares difusas por todo o corpo e durante longos períodos, com sensibilidade nas articulações, nos músculos, tendões e em outros tecidos moles. Está ligada à fadiga, distúrbios do sono, dores de cabeça, depressão e ansiedade.

De acordo com Savassi, a fibromialgia foi primeiro diagnosticada como epidemia na Austrália, fruto da pressão do trabalho. O sedentarismo e o estresse profissional são suas principais causas, completa ele.

## Saúde divulga novo convênio e cancelamentos

O AMMP-Saúde informa novo convênio firmado e os cancelados no período de 21 de janeiro a 20 de fevereiro deste ano.

### Novo conveniado

#### ■ BELO HORIZONTE

**Rodrigo Vieira Hudson Eireli**

– Fisioterapia – Terapia Ocupacional,  
Equoterapia, Hitroterapia  
Rua Itaguaí, 782 – Caiçara – telefone (31)  
3643-6116

### Cancelados

#### ■ BELO HORIZONTE

*Marcelo Martins Moreira – Psicologia*

#### ■ GUANHÃES

*Laboratório Nunes Dornelas  
– Patologia Clínica*

#### ■ JUIZ DE FORA

*Casa de Saúde HTO Hospitais Reunidos*

#### ■ PATOS DE MINAS

*ProVida Clínica Oncológica*

## PERFIL / LEONARDO COSTA COSCARELLI

O belo-horizontino Leonardo Costa Coscarelli, da 13ª Promotoria de Justiça - Juízo de Tóxicos, estudou em Roma, onde se formou em 2003, revalidou seu diploma na Universidade de São Paulo (USP) três anos depois e advogou quatro anos naquele Estado. Quando percebeu sua vocação para o serviço público, pediu demissão, voltou para BH e dedicou-se “integralmente aos estudos e à vida de concurseiro”. Seu ingresso na carreira se deu em 2013.

MARIA DO SOCORRO MATTOS



### Quem é o senhor?

Sou Leonardo Costa Coscarelli, 37 anos (faço aniversário em 28 de fevereiro), solteiro, natural de Belo Horizonte.

### Quando ingressou na instituição? Onde estudou e trabalhou antes de ingressar no MPMG?

Ingressei na instituição pelo LII Concurso de ingresso, em 18 de fevereiro de 2013, três anos atrás. Trata-se de minha primeira experiência direta no setor público. Fiz minha graduação em Roma (Itália), na Universidade LUISS Guido Carli, formando-me no final de 2003. Em seguida, voltei para o Brasil e me submeti ao demorado e complexo processo de revalidação de diplomas estrangeiros na USP, em São Paulo, o qual se estendeu até meados de 2006. A partir daí, trabalhei aproximadamente quatro anos em escritório de médio e grande porte em São Paulo, com atuação fortemente voltada para o Direito Civil e Societário. Destaco, em especial, os três anos e meio que fui advogado da Diretoria Técnica da banca TozziniFreire Advogados. Já no final desse período, percebi que minha maior vocação e perfil era trabalhar no setor público. Por fim, no início de 2011, pedi demissão do emprego e voltei para minha cidade natal, Belo Horizonte, a fim de dedicar-me integralmente aos estudos e à vida de concurseiro.

### Trabalha em qual comarca? Como foram os primeiros dias na nova cidade? Como foi a adaptação em Belo Horizonte, caso não seja natural da capital?

Minhas duas famílias de ambos os lados são de Belo Horizonte. Portanto, não tive problemas de adaptação e tive o grande prazer de finalmente, após tão longa trajetória, ter exercido pela primeira vez atividades de trabalho na cidade onde nasci. Venho atuando na capital desde o início das atividades, com muita satisfação.

### O que faz nas horas vagas? Praticava algum esporte? Quais são suas atividades de lazer preferidas?

Vou assiduamente à academia e os funcionários da AMMP são testemunhas disso. Já faz um ano que passei a frequentar a nossa academia e gosto muito. Nas horas vagas, procuro encontrar os amigos para confraternizar, ver filmes, ler livros etc.

### O que está achando desses anos de trabalho? O que sente?

Gosto muito. A posição de Promotor de Justiça me colocou em proximidade muito grande com os problemas concretos das pessoas. Do atendimento ao público na atividade de curadoria à atuação penal, as atividades diárias trazem muitos desafios estimulantes. O companheirismo das equipes de trabalho também sempre foram motivo de alegria ao longo desses primeiros anos de profissão. Assim, embora o trabalho seja complexo e muitas vezes árduo, sinto-me muito feliz por desenvolvê-lo.

### Qual a visão institucional antes e depois de ingressar na carreira?

Antes era uma visão compatível com a maioria dos cidadãos não iniciados. Admirava a instituição pelos grandes feitos que eram veiculados na grande mídia, mas não tinha contato muito aprofundado, até porque minha atuação jurídica à época da advocacia tinha pouca interseção com a atuação ministerial. Agora, tendo o privilégio de criar uma visão de dentro para fora, sinto muito orgulho de fazer parte dessa grande família e reconhecimento, cada vez com mais ênfase e admiração, o valor do silencioso e anônimo trabalho das “formiguinhas”. É dizer, tenho a dimensão de como o nome e os resultados alcançados pela instituição dependem do persistente e cotidiano trabalho de muitas pessoas que visam a um objetivo comum.

**A importância da AMMP está exatamente na sua capacidade de oferecer retaguarda aos membros, defendendo seus interesses e a independência da atuação funcional**

### Quais experiências e/ou expectativas tem para compartilhar com a classe?

Não entendi plenamente o alcance da pergunta. Experiências funcionais são inúmeras e não caberiam nesse breve espaço. A expectativa é trabalhar muito e tentar criar um país melhor. Afinal, vislumbramos tempos difíceis no horizonte.

### Já utilizou de algum serviço, convênio, festa, congresso ou imóvel da AMMP?

Sim, procuro frequentar as festas de fim de ano e a festa junina. Também utilizo frequentemente a academia de ginástica. Já fui ao congresso nacional do MP e lá desfrutei das honrarias oferecidas pela AMMP, como o jantar de confraternização entre os colegas mineiros.

### O que espera desta nova diretoria da AMMP? Na sua opinião, qual é a importância da AMMP para os membros do Ministério Público do Estado?

Espero que desenvolvam um persistente trabalho de representação dos interesses da classe junto às forças políticas constituídas, aliás, como já tem feito. A importância da AMMP está exatamente na sua capacidade de oferecer retaguarda aos membros, defendendo seus interesses e a independência da atuação funcional. Os serviços de apoio oferecidos, notadamente os citados na pergunta anterior, também proporcionam muita comodidade e favorecem a interação entre os membros.

## ESTÍMULO AO VOLUNTARIADO

Há muitos anos, um desembargador recebeu a incumbência de proferir uma palestra na área criminal no curso de formação de delegados de polícia de um outro Estado da Federação.

O desembargador compareceu na academia de polícia, mas não externou qualquer colocação criminal. No caso, optou por apresentar o registro de uma atividade de voluntariado em que estava engajado. Dedicava-se, em média, quatro horas por semana para exercer o papel de uma espécie de doutor da alegria, uma pessoa que se fantasiava de palhaço e comparecia junto com outras a hospitais para levar o seu carinho em forma de brincadeiras. O trabalho era concretizado toda sexta-feira, pela manhã.

O exemplo, principalmente com tempo definido, foi uma luz que se apresentou no meio do caminho e pode conduzir cada um de nós à seguinte reflexão:

**“Por que não dedicamos algumas horas por semana ou mesmo por mês com regularidade à realização de uma atividade voluntária de qualquer espécie?”**

Atento a essa realidade e ao fato de que muitos possuem vontade de realizar um trabalho voluntário, mas, ao mesmo tempo, não sabem muito bem o que fazer ou por onde começar, a AMMP passará a divulgar matérias que possam contribuir para o associado engajar-se em uma causa e mesmo a estimulá-lo a procurar uma atividade dentro da realidade onde vive.

Além de matérias como estímulo ao voluntariado, esse quadro vai trazer informações sobre cursos disponibilizados a quaisquer interessados quando houver e mesmo reportagens sobre instituições que precisam de apoio econômico para o caso de haver interesse do associado em efetuar alguma contribuição financeira.

O quadro, no entanto, não deve inibir a iniciativa do associado de procurar engajamento próprio e até mesmo distinto dentro de sua cidade. Não podemos perder tempo, pois sempre há o que fazer, basta rompermos nosso ponto de inércia.

Ajudar o próximo faz bem para a alma e colocará cada um de nós em contato com histórias marcantes de vida.

Em homenagem ao desembargador em questão, a primeira matéria ventilada aborda justamente o trabalho do Instituto HaHaHa em hospitais públicos de Belo Horizonte.

FABIANO FURLAN

## HaHaHa leva o carnaval nos hospitais João Paulo II

FOTOS: BARBARA PEIXOTO



Alegria, descontração e leveza do carnaval entraram com o grupo HaHaHa no Hospital Infantil João Paulo II na manhã do dia 5 de fevereiro, às vésperas do carnaval, despertando surpresa, sorrisos e palmas das crianças internadas, familiares, enfermeiros e médicos ao som de paródias superengraçadas. Houve até quem sacudiu o corpo ou ensaiou alguns passos atrás do cortejo dos palhaços pelos corredores e enfermarias. Os besteirologistas, como são chamados seus integrantes, apresentaram-se também nas alas pediátricas do Hospital João XXIII.

O grupo se apresenta normalmente em duplas, interagindo com cada criança. Os cortejos acontecem somente em três datas anuais: Natal, carnaval e festa junina. Essa é uma atividade encantadora e eficaz de humanização hospitalar.

Quatro hospitais de Belo Horizonte - Hospital das Clínicas-UFMG, Santa Casa, Hospital João Paulo II e Hospital da Baleia - recebem uma dupla de palhaços duas vezes por semana, ano inteiro. O trabalho se dirige às crianças, mas não tem como não encantar enfermeiras, médicos, pais, visitantes e a comunidade do hospital.

O serviço é gratuito para o hospital, porque é patrocinado por empresas, por meio de leis de incentivo à cultura (estadual e federal). O Instituto HaHaHa é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, criada a partir do sonho de levar mais saúde aos ambientes por meio do riso. O foco principal do nosso trabalho é o programa de intervenções de palhaços profissionais para crianças hospitalizadas.



▲ O HaHaHa vive de patrocínios, cursos e palestras



▲ Conquista adultos

# naval para crianças Paulo II e João XXIII

## Informações sobre engajamento para os associados

O Instituto HaHaHa é coordenado por Eliseu Custódio, um de seus fundadores, sendo que sobrevive de patrocínios por meio de recursos da Lei Rouanet, doações e também oferece cursos de besteirologistas para quem se interessar.

Quem quiser ajudar ou mesmo se mobilizar para participar de cursos voltados a uma formação mínima para desempenhar esse tipo de atividade, pode fazer contato com o Instituto HaHaHa no Facebook, no site [www.institutohahaha.org.br](http://www.institutohahaha.org.br), pelos e-mails [contato@institutohahaha.org.br](mailto:contato@institutohahaha.org.br), [facebook.com/institutohahaha](http://facebook.com/institutohahaha) ou telefone (31) 3889-9643.

Outra opção de curso na área é fornecida pelo grupo Doutores Palhaços de Belo Horizonte. Uma vez por ano, a atriz e diretoria de teatro Cidah Viana ministra o curso nas 11 cidades em que os Doutores atuam. As informações para a turma de 2016 serão publicadas em meados de maio, no Facebook

- <https://www.facebook.com/Doutores-PalhacosDeBeloHorizonte/>.

Segundo Eliseu Custódio, palhaço também e coordenador do HaHaHa, os palhaços ou besteirologistas, como são conhecidos, são profissionais qualificados em cursos especiais, porque a atividade com pacientes infantis exige pedagogia própria. O Instituto vive de patrocínios, por meio de recursos da Lei Federal de Incentivo (Lei Rounet), vencida no final de 2016.

O Instituto HaHaHa se apresenta em festas e eventos corporativos e oferece cursos para quem se interessar pela atividade.

Quem quiser ajudar – pessoas físicas ou empresas podem fazer contato com o Instituto HaHaHa no Facebook, no site [www.institutohahaha.org.br](http://www.institutohahaha.org.br), pelos e-mails [contato@institutohahaha.org.br](mailto:contato@institutohahaha.org.br), [facebook.com/institutohahaha](http://facebook.com/institutohahaha) ou telefone (31) 3889-9643.

## Olhos brilhantes e sorriso largo

Segundo Larissa dos Reis Gonçalves, 10 anos, quinta série do Ensino Fundamental, internada havia cerca de 36 dias (no momento da visita) no Hospital Infantil João Paulo II, os palhaços são os mais engraçados que ela conhece. Larissa, que “quer ser médica, veterinária, jornalista e modelo”, disse ainda que eles trazem alegria para o hospital, por que “brincam muito com as crianças”.

Vinícius Alves dos Santos, 10 anos, sexta série, viu o HaHaHa pela primeira vez. Ele - que é de poucas palavras - não conseguiu esconder o sorriso largo e os olhos brilhantes quando os palhaços entraram cantando na enfermaria. Isabela Rodrigues, mãe de Mateus Conrado, 9 meses, internado a quatro dias, também ficou encantada ao ver o cortejo do grupo “bonitinho demais”, frisou.



e crianças



▲ Vinícius não escondeu o sorriso

## HINO E MARCHINHAS

O hino oficial do HaHaHa é “Tá aí”, paródia da marchinha “Pra você gostar de mim”, de Noel Rosa, imortalizada na voz de Carmem Miranda. A letra é do dr. Chouriço. Outras músicas (veja abaixo) fazem a alegria de crianças e adultos no hospital.

### Tá aí

(Pra você gostar de mim - Noel Rosa)  
Tá aí, Instituto HaHaHa  
No hospital  
Balançando até a Clínica Geral  
Você vai  
Passar bem  
Pulando agora o carnaval.

### Aurora

(“Aurora”, de Mário Lago-Roberto Roberti)  
Mulambo disse que namora  
Ôôôô, Rosa  
A Rosa disse que o Risoto  
Ôôôô, é um fofo  
E o Risoto ouvindo isso  
Êêêêê, fez bico  
Porque o Risoto gosta mesmo  
Meu Deus do céu  
É do Chouriço!

### Jaleco branco

(“Bandeira Branca”, de Max Nunes, conhecida na voz de Dalva de Oliveira)  
Jaleco branco amor  
Pode sujar  
E se chegar amarrotar  
Tem que passar  
Ô enfermeira (ô jardineira)  
Ô enfermeira porque estás tão triste  
Mas o que foi que te aconteceu?  
Foi um palhaço que beijou seus lábios  
Deu dois suspiros  
E se escafedeu (bis)  
Ôôô enfermeira não chore não  
Não fique triste, meu amor,  
Chega pra cá, vem cá, meu bem, vem me curar  
Que eu tô doente de paixão.

### A poderosa

(Letra Dra. Brisa)  
Desejo a todas enfermeiras folga longa  
Para que eu não tenha mais que tomar minha  
injeção.  
Bezetacil, amoxicilina, dipirona  
Subcutânea, intravenosa, desse jeito não!  
Beijinho no ombro pra essa agulha passa longe  
Beijinho no ombro para as enfermeiras de plantão!  
Beijinho no ombro pra essa agulha passa longe  
Beijinho no ombro não vem mais me furar não!



# Alegria cura, mostra pesquisas



“A maioria das crianças aumentou a interação após a visita dos contadores, diminuiu as queixas de dor, ficou mais calma durante os procedimentos médicos, aumentou as movimentações pela enfermaria do hospital, além de apresentar maior aceitação dos alimentos”



▲ O trabalho do grupo tem como foco a criança

## HC é a próxima parada

Os associados terão a oportunidade de contribuir com a doação de bens solicitados pelo Hospital das Clínicas, onde já foi levantada a demanda das necessidades. Esses bens serão compartilhados por milhares de pessoas ali atendidas anualmente.



Por ser a internação hospitalar uma situação de estresse, atividades lúdicas como grupos de palhaços, contadores de histórias e super-heróis aliviam as dores emocionais das crianças, como saudade, ansiedade, angústia, sensação de isolamento e medo.

Pesquisa de Gláucia Mussa e Fani Eta Korn Malerbi, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2008 (Psicologia: teoria e Prática), que analisou os resultados da visita de contadores de histórias, apontou que “a maioria das crianças

aumentou a interação após a visita dos contadores, diminuiu as queixas de dor, ficou mais calma durante os procedimentos médicos, aumentou as movimentações pela enfermaria do hospital, além de apresentar maior aceitação dos alimentos”.

Nas últimas duas décadas, no Brasil e exterior, começaram a surgir os conhecidos grupos da alegria, com objetivo de ajudar na melhora do paciente, “por meio de técnicas e atividades que estimulam o riso e despertam a alegria”.

## Avaliação é muito positiva

A atuação dos Doutores da Alegria foi avaliada por Morgana Masseti (Palhaços em Hospitais – 1998), com entrevista de 38 familiares e 45 profissionais da saúde (médicos e enfermeiros). Foi solicitado que as crianças desenhassem antes e depois da atuação do grupo. Também foi analisada a história contada pela criança enquanto desenhava. O resultado mostrou que a atuação desse grupo, entre outras coisas, tornou “os pacientes mais ativos”, promoveu “uma aceitação melhor dos procedimentos e exames, maior colaboração com a equipe hospitalar, uma imagem mais positiva da hospitalização, uma aceleração da recuperação pós-operatória, uma diminuição de estresse da equipe e dos pais e melhor relacionamento entre profissionais, pais e crianças”.

Também foi analisada a atuação de dois grupos de voluntários contadores de histórias em São Paulo - Associação Viva e Deixe Viver) para crianças portadores de câncer hospitalizadas e suas queixas de dor (Masetti- 1998). Segundo a pesquisa, feita com 15 crianças com câncer, “dez das 15 crianças apresentaram uma melhora no seu estado emocional, após a visita dos contadores. Aquelas que estavam quietas ou apresentavam tristeza antes da visita

mostraram-se mais animadas após a presença dos contadores. Para as outras sete que estavam agitadas e/ou chorando, a visita pareceu ter contribuído para acalmá-las. As cinco crianças que aparentavam estar calmas ou alegres, antes de receberem a visita dos contadores, mantiveram-se inalteradas quanto ao estado emocional”.

Da pesquisa às famílias sobre o estado emocional de seus filhos antes e depois da visita dos contadores, “sete dos 15 pais apontaram estados de humor coincidentes com aqueles avaliados pelas pesquisadoras. Nos demais casos, as discordâncias referiam-se ao fato de os pais considerarem os filhos alegres (três pais), quando os comportamentos observados pelas pesquisadoras indicavam agitação ou tristeza; tristes (três pais), quando os comportamentos observados pelas pesquisadoras indicavam alegria; e, no caso de um pai que mencionou que seu filho estava agitado, observou-se que a criança estava chorando”.

“Observou-se também uma diminuição na frequência de reclamações (dor, mal-estar, barulho, comida) das crianças após a visita dos contadores. Das cinco crianças que apresentavam alguma reclamação, três deixaram de fazê-la após a visita dos contadores.

# Entidades do MP e da Magistratura pedem rejeição integral do PL 3123

As entidades que integram a Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura (Frentas) publicaram, em 25 de fevereiro, nova nota técnica conjunta na qual pedem a rejeição integral do texto substitutivo apresentado pelo deputado Ricardo Barros (PP/PR) ao Projeto de Lei 3123 de 2015. A proposição regulamenta a aplicação do teto remuneratório para todo o funcionalismo público. Segundo a nota, o parecer do relator possui “vícios insuperáveis” e dispositivos inconstitucionais ao tentar regulamentar verbas de caráter indenizatório.



▲ Enéias Xavier (2º à direita) está participando das reuniões da Frentas com parlamentares

## Acompanhamento

O PL 3123 é acompanhado desde o início da tramitação pela Conamp que defende a manutenção do teto remuneratório nos moldes atuais, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e entende que o projeto original possui vícios formais e materiais.

Por outro lado, a Conamp é favorável e apoia o parecer aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (CTASP), já que o texto adequou a matéria aos limites estabelecidos constitucionalmente.

A Frentas vem se reunindo com parlamentares e líderes partidários com vistas a esclarecer diversas questões referentes ao PL 3123, buscando o aperfeiçoamento da proposição e o resguardo dos direitos e prerrogativas dos membros das carreiras jurídicas.

A primeira Nota Técnica da Frentas foi divulgada em 29 de setembro do ano passado.

Segundo a Nota Técnica, “o primeiro aspecto a considerar diz respeito à inconstitucionalidade formal da proposta”. Isso porque “a proposição, originada no Poder Executivo, ao pretender elencar as parcelas que devem integrar a base remuneratória para aplicação do teto, previsto no artigo 37, XI, da CRFB, promove usurpação da competência constitucional de iniciativa de lei relativamente ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, na medida em que pretende alcançá-los, inclusive quanto a alguns títulos muito específicos (p.ex., a gratificação eleitoral – art. 3º, XXXIV, do Substitutivo). Além disso, pretende reescrever matérias já dispostas na Constituição da República, desde sua redação

originária, como também ao tempo das modificações introduzidas pelas emendas constitucionais 19 e 41.”

“Com efeito, a Constituição dispõe textualmente sobre o que deve ser computado nos limites do teto remuneratório do serviço público, excepcionando expressamente as parcelas indenizatórias (artigo 37, §11), deixando para o plano infraconstitucional apenas a tarefa de legislar sobre a fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (artigo 48, XV). Registre-se que a iniciativa de tal lei, no que diz respeito à Magistratura e ao Ministério Público, é exclusiva do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República, respectivamente.”

A íntegra da NT está em [http://www.conamp.org.br/images/notas-tecnicas/2016/Nota\\_Tecnica\\_FRENTAS\\_2\\_PL3123\\_TETO.pdf](http://www.conamp.org.br/images/notas-tecnicas/2016/Nota_Tecnica_FRENTAS_2_PL3123_TETO.pdf) e [notas-tecnicas/2016.html](http://www.conamp.org.br/images/notas-tecnicas/2016/Nota_Tecnica_FRENTAS_2_PL3123_TETO.pdf)



## Integrantes da Frentas

Integram a Frentas, além da Conamp, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), a Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), a Associação Nacional do MP do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

## Aprovada proposta que recomenda ao MP adotar protocolos no combate aos crimes de tortura

É de “fundamental importância ao desempenho das funções institucionais do Ministério Público, que deve combater de todas as formas a prática de delitos de tortura”

O plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou por unanimidade, no dia 27 de janeiro, na 2ª Sessão Ordinária de 2016, proposta de recomendação que orienta os membros do Ministério Público brasileiro a observarem as normas do Protocolo de Istambul, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), e do Protocolo Brasileiro de Perícia Forense, em casos de crime de tortura. A proposta foi apresentada pelo conselheiro Antônio Duarte e relatada pelo conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega.

O Protocolo de Istambul tem o objetivo de subsidiar os exa-

minadores forenses sobre os procedimentos de identificação, caracterização e elucidação do crime de tortura. Já o Protocolo Brasileiro de Perícia Forense é

uma adaptação dessas normas à realidade do Brasil, contendo diretrizes para a observância do Protocolo de Istambul pelas autoridades brasileiras.

### Necessidade

A proposta mostra a necessidade de que, por exemplo, os ramos do MP observem as diretrizes e as normas dos mencionados protocolos, considerando que sejam formulados aos médicos-legistas determinados quesitos estruturados sempre que chegarem ao conhecimento dos membros do MP notícias concretas e fundadas de prática de tortura.

O relator da proposta, Fábio George Cruz da Nóbrega, considerou em seu voto que a recomendação é de “fundamental importância ao desempenho das funções institucionais do Ministério Público, que deve combater de todas as formas a prática de delitos de tortura”.

Ainda segundo o conselheiro, a adoção dos documentos “constitui um importante reforço à atuação do MP no combate à tortura e outras formas de tratamentos ou penas cruéis”.

## CNMP disponibiliza 2ª edição do Manual de Negociação e Mediação

Está disponível a segunda edição do Manual de Negociação e Mediação para Membros do Ministério Público, lançado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no ano passado. Os objetivos da publicação são o fortalecimento da unidade institucional, a eficiência da atuação do MP e a busca de excelência em termos de comunicação e relacionamento com a sociedade, de modo que sejam concretizados os retornos para os cidadãos estabelecidos no Mapa Estratégico Nacional: A defesa dos direitos fundamentais; a indução de políticas públicas; a diminuição da criminalidade e da corrupção; e a transformação social.

“Espera-se que esta segunda edição alcance, em última instância, a ampliação do acesso à justiça e garanta, de forma mais efetiva, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, diz o prefácio da publicação assinado por Fábio George Cruz da Nóbrega,

presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF/CNMP), e Igor Lima Goettenauer de Oliveira, coordenador-geral da Escola Nacional de Mediação e Conciliação do Ministério da Justiça.

Essa edição traz como Anexo a Resolução CNMP nº 118, de 1º de dezembro de 2014, publicada em 27 de janeiro de 2015, que instituiu a Política de Incentivo à Autocomposição no Ministério Público. Com o objetivo de assegurar a promoção da Justiça e a máxima efetividade dos direitos e interesses que envolvem a atuação da instituição, o referido normativo estipula que cabe ao MP brasileiro implementar e adotar mecanismos de autocomposição, como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais, além de prestar atendimento e orientação ao cidadão sobre tais mecanismos.

“O Manual de Negociação e Media-

ção para Membros do Ministério Público representa o primeiro passo do Conselho no cumprimento da Política (de Incentivo à Autocomposição no Ministério Público)”, destacam os autores do prefácio da publicação. O manual possui duas partes. Na primeira, teórica, são lançados os fundamentos dos métodos colaborativos e autocompositivos. Na segunda, que é prática, são especificadas as técnicas e estratégias básicas atinentes aos métodos autocompositivos.

Outro ponto importante é o fato de o manual não pretender somente abordar os temas da negociação e da mediação em nível judicial e extrajudicial. Preocupa-se também em incluí-los nos múltiplos espaços de atuação do MP como ente público integrado por pessoas que precisam se relacionar bem, promovendo o bem-estar, para que, a partir de tal condição, possam disseminar e educar para a paz as comunidades às quais servem.

As informações são do CNMP.

# Pena pode ser cumprida após decisão de segunda instância, decide STF

Ao negar o Habeas Corpus (HC) 126292, na sessão do dia 17 de fevereiro, por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que a possibilidade de início da execução da pena condenatória após a confirmação da sentença em segundo grau não ofende o princípio constitucional da presunção da inocência. Para o relator do caso, ministro Teori Zavascki, a manutenção da sentença penal pela segunda instância encerra a análise de fatos e provas que assentaram a culpa do condenado, o que autoriza o início da execução da pena.

A decisão indica mudança

no entendimento da Corte, que desde 2009, no julgamento da HC 84078, condicionava a execução da pena ao trânsito em julgado da condenação, mas ressaltava a possibilidade de prisão preventiva. Até 2009, o STF entendia que a presunção da inocência não impedia a execução de pena confirmada em segunda instância.

O habeas corpus foi impetrado contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que indeferiu o pedido de liminar em HC lá apresentado. A defesa buscava afastar mandado de prisão expedido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São

Paulo (TJ-SP).

O caso envolve um ajudante-geral condenado à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão pelo crime de roubo qualificado. Depois da condenação em primeiro grau, a defesa recorreu ao TJ-SP, que negou provimento ao recurso e determinou a expedição de mandado de prisão.

Para a defesa, a determinação da expedição de mandado de prisão sem o trânsito em julgado da decisão condenatória representaria afronta à jurisprudência do Supremo e ao princípio da presunção da inocência (artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal).

Ressalvada a estreita via da revisão criminal, é no âmbito das instâncias ordinárias que se exaure a possibilidade de exame dos fatos e das provas, e, sob esse aspecto, a própria fixação da responsabilidade criminal do acusado”

## Relator

O relator do caso, ministro Teori Zavascki, ressaltou em seu voto que, até que seja prolatada a sentença penal, confirmada em segundo grau, deve-se presumir a inocência do réu. Mas, após esse momento, exaure-se o princípio da não culpabilidade, até porque os recursos cabíveis da decisão de segundo grau, ao STJ ou STF, não se prestam a discutir fatos e provas, mas apenas matéria de direito. “Ressalvada a estreita via da revisão criminal, é no âmbito das instâncias ordinárias que se exaure a possibilidade de exame dos fatos e das provas, e, sob esse aspecto, a própria fixação da responsabilidade criminal do acusado”, afirmou.

Como exemplo, o ministro lembrou que a Lei Complementar 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa, expressamente consagra como causa de inelegibilidade a existência de

sentença condenatória proferida por órgão colegiado. “A presunção da inocência não impede que, mesmo antes do trânsito em julgado, o acórdão condenatório produza efeitos contra o acusado”.

No tocante ao direito internacional, o ministro citou manifestação da ministra Ellen Gracie (aposentada) no julgamento do HC 85886, quando salientou que “em país nenhum do mundo, depois de observado o duplo grau de jurisdição, a execução de uma condenação fica suspensa aguardando referendo da Suprema Corte”.

Sobre a possibilidade de se

cometerem equívocos, o ministro lembrou que existem instrumentos possíveis, como medidas cautelares e mesmo o habeas corpus. Além disso, depois da entrada em vigor da Emenda Constitucional 45/2004, os recursos extraordinários só podem ser conhecidos e julgados pelo STF se, além de tratarem de matéria eminentemente constitucional, apresentarem repercussão geral, extrapolando os interesses das partes.

O relator votou pelo indeferimento do pleito, acompanhado pelos ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes.

“Em país nenhum do mundo, depois de observado o duplo grau de jurisdição, a execução de uma condenação fica suspensa aguardando referendo da Suprema Corte”

## Divergência

A ministra Rosa Weber e os ministros Marco Aurélio, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski, presidente da Corte, ficaram vencidos. Eles votaram pela manutenção da jurisprudência do tribunal que exige o trânsito em julgado para cumprimento de pena e concluíram pela concessão do habeas corpus. As informações são do STF.

## Estudo reúne jurisprudência do STJ sobre o Código Penal

Estudo que reúne a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/190) foi disponibilizado no site do Tribunal. O material apresenta o entendimento da corte sobre diferentes dispositivos legais.

São 120 artigos da parte geral da lei. O estudo, elaborado pela Secretaria de Jurisprudência, visa facilitar o

acesso do público e, principalmente, da comunidade jurídica a decisões e documentos atualizados produzidos pelo tribunal.

Para cada dispositivo do código (artigo, parágrafo, inciso ou alínea), há uma pesquisa automática e atualizada que consulta o acervo de acórdãos.

*As informações são do STJ.*

## Nova edição do Jurisprudência em Teses aborda crimes contra o patrimônio

A 51ª edição do Jurisprudência em Teses está disponível para consulta no site do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o tema Crimes contra o patrimônio II. Baseada em precedentes dos colegiados do tribunal, a Secretaria de Jurisprudência destacou duas entre as diversas teses existentes sobre o assunto.

Uma delas diz que há concurso material entre os crimes de roubo e extorsão quando o agente, após subtrair bens da vítima, mediante emprego de violência ou grave ameaça, a constringe a entregar o cartão bancário e a respectiva senha para sacar dinheiro da conta corrente. Um dos casos adotados como orientação foi o AgRg no AREsp 745.957, de relatoria do ministro Gurgel de Faria, julgado em novembro do ano passado.

Outra tese afirma que é prescindível a apreensão e perícia da arma de fogo para a caracterização de causa de aumento de pena prevista no parágrafo 2º do artigo 157, do Código Penal, quando evidenciado

o seu emprego por outros meios de prova. Um dos precedentes adotados como referência foi o HC 211.787, julgado em dezembro de 2015 pela Sexta Turma, relatado pelo ministro Rogério Schietti Cruz.

### Conheça a ferramenta

Lançada em maio de 2014, a ferramenta Jurisprudência em Teses apresenta diversos entendimentos do STJ sobre temas específicos, escolhidos de acordo com sua relevância no âmbito jurídico.

Cada edição reúne teses de determinado assunto que foram identificadas pela Secretaria de Jurisprudência após cuidadosa pesquisa nos precedentes do tribunal. Abaixo de cada uma delas, o usuário pode conferir os precedentes mais recentes sobre o tema, selecionados até a data especificada no documento.

Para visualizar a página, clique em Jurisprudência > Jurisprudência em Teses, no menu principal da homepage do Superior Tribunal. Também há o Acesso Rápido, no menu Outros. As informações são do STJ.

## Publicação trata da defesa dos direitos das pessoas em situação de rua

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) disponibilizou o Guia de Atuação Ministerial – Defesa dos Direitos das Pessoas de Rua. A publicação é resultado da ação do Grupo de Trabalho “Pessoas em Situação de Rua, Catadores de Materiais Recicláveis, Pessoas Desaparecidas e Submetidas ao Tráfico”, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), e foi desenvolvida para orientar os membros do Ministério Público na atuação da defesa dos direitos dos que estão em situação de rua.

O documento, lançado no ano passado, pretende auxiliar os membros do MP na

viabilização do conjunto de direitos das pessoas em situação de rua, em especial os do âmbito da política pública de assistência social e da Política Nacional para a população de rua (Decreto Federal n. 7.053/2009). Para cumprir essa missão, a publicação conta com material de apoio, peças processuais e extraprocessuais, legislação e jurisprudência.

Segundo o texto da publicação, “ao se proporem ações para esse grupo social, é preciso cuidar para que essas ações reforcem a construção de autoimagem e identidades positivas, elevando autoestima, estimulando o surgimento de consciência

crítica sobre sua própria condição e, consequentemente, a reivindicação de direitos e a construção de novos projetos de vida que incluam a possibilidade de saída das ruas”.

O documento destaca que as ações públicas precisam ter caráter de conscientização da sociedade e de afirmação dos direitos, para que possibilidades de reconstrução de trajetórias de vida sejam fortalecidas e haja um empoderamento dos cidadãos em situação de rua. “Os serviços e os programas devem ser revestidos de atitude positiva, com profissionais amplamente capacitados, desvinculados de práticas higienistas e culpabilizadoras”, diz a publicação.

# "A Voz da Rua"

Cooperando na Curadoria de Apoio Comunitário, a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ipatinga vem executando, desde setembro de 2015, o projeto "A Voz da Rua".

O projeto foi apresentado como requisito para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento para Agentes Políticos do Ministério Público Brasileiro, ministrado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de São Paulo em conjunto com a Unesp (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) e com o apoio do CDEMP (Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil).

O objetivo do projeto é fomentar a participação qualificada da população em situação de rua do Município de Ipatinga no debate eleitoral que ocorrerá por ocasião das eleições municipais de 2016, permitindo a esses cidadãos influenciar a criação, a implementação e o aperfeiçoamento de políticas públicas locais, concretizando-se direitos fundamentais de que são destinatários.

O projeto "A Voz da Rua" foi idealizado por que, segundo estimativa do Poder Executivo de Ipatinga, no Município, aproximadamente 250 cidadãos integram a população em situação de rua, que é definida da seguinte forma pelo art. 1º, parágrafo único do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009:

Art. 1º [...]

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Essa parcela da população experimenta verdadeiro exílio dentro do território nacional, estando alijada da fruição de direitos fundamentais básicos. Note-se que não é apenas a moradia convencional que lhes falta. Esse contingente de pessoas, na realidade, não possui acesso aos direitos políticos, à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, ao lazer e etc.

Os direitos de cidadania, historicamente conquistados pela humanidade e que foram devidamente incorporados pela Constituição da República de 1988, são negados a esses cidadãos. A sociedade, grande parte das vezes impulsionada pelo preconceito e pelo medo que essa parte da população lhe inspira, aquiesce e fomenta a exclusão, clamando pela adoção de políticas públicas meramente higienistas e criminalizadoras da miséria.

Já aqueles com trajetória de rua, dada a extrema vulnerabilidade social, econômica, cultural

e afetiva, acabam também por aceitar a exclusão, acreditando que o catálogo de direitos postos pela Constituição Federal pertence aos "outros", não se enxergando como verdadeiro sujeito de direitos.

O Poder Público, por sua vez, ignorando a baliza de atuação que lhe foi imposta pelo texto constitucional, no sentido de promover a igualdade material, e se escorando na teoria da reserva do possível, segundo a qual os recursos públicos são insuficientes para a implementação de todos os direitos constitucionalmente garantidos, contenta-se com a promoção de políticas públicas insuficientes, parciais e, por vezes, punitivas.

A consequência dessa severa exclusão de uma camada da população é a frustração do próprio projeto de democracia do Estado social brasileiro, projeto esse que foi descrito com propriedade pelo promotor de Justiça paulista e doutrinador Marcelo Pedrosa Goulart:

A Constituição de 1988 recepcionou as conquistas obtidas pela cidadania nestes últimos três séculos ao adotar amplo catálogo de direitos fundamentais, ao projetar uma democracia de massas (semidireta, econômica e social) e ao definir um modelo de Estado social.

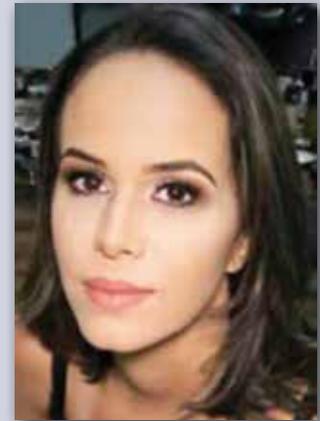
Fundamentada em cinco princípios básicos - soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político -, a República democrática brasileira tem como objetivo estratégico a construção da sociedade livre, justa e solidária, na qual o desenvolvimento deve estar dirigido à erradicação da pobreza e da marginalização, à redução das desigualdades sociais e regionais e à promoção do bem de todos, sem preconceitos e discriminação.<sup>1</sup>

Para a consecução de seu projeto de democracia, "a Constituição criou instituições e instrumentos típicos de um Estado social, intervencionista e distributivista. Nesse modelo de Estado, o sistema de Administração da Justiça deve ser um dos principais espaços de construção da sociedade livre, justa e solidária, portanto da promoção da mudança da ordem, da transformação social."<sup>2</sup>

Criando o dever de protagonizar a transformação social e a mudança da ordem vigente, o Texto Constitucional<sup>3</sup> incumbiu ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Nesse sentido, o caminho idealizado no projeto "A Voz da Rua" para tentar possibilitar o necessário empoderamento de pessoas em situação de rua foi o de incentivar o efetivo exercício dos direitos políticos.

Sobre a relação entre o exercício dos



Arquivo Pessoal

direitos políticos e a implementação de direitos sociais, o conceituado sociólogo polonês, Zygmunt Bauman, já advertia

Sem direitos sociais para todos, um grande - e provavelmente crescente - número de pessoas irá considerar os seus direitos políticos inúteis e indignos de atenção. Se os direitos políticos são necessários para se estabelecerem os direitos sociais, os *direitos sociais* são indispensáveis para manter os direitos *políticos* em operação. Os dois tipos de direitos precisam um do outro para sobreviver; essa sobrevivência só pode ser sua realização *conjunta*.<sup>4</sup>

Sob esse aspecto, situar as pessoas com trajetória de rua como cidadãos, incentivando-os a exercerem o direito de voto e a efetivamente participarem do processo de escolha dos representantes políticos, afigura-se como etapa essencial para a concretização do que até então se apresentou como uma mera promessa inscrita na Constituição da República.

Desse modo, contando com a colaboração direta da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais - Cimos, da Coordenadoria de Apoio Eleitoral do Ministério Público de Minas Gerais - Cael, da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais, do Poder Judiciário da Comarca de Ipatinga, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Faculdade de Direito de Ipatinga - Fadipa e do Movimento da População de Rua de Ipatinga, da Defensoria Pública da comarca de Ipatinga e de voluntários, estão sendo realizadas ações para a inclusão daqueles que utilizam a rua como moradia no processo eleitoral que se avizinha.

Para tanto, na execução do projeto, está sendo diagnosticada, por meio de abordagens realizadas por estudantes de direito da Fadipa, a situação eleitoral dos cidadãos em situação de rua, com o intuito de viabilizar, quando houver manifestação expressa, a inscrição, a regularização ou a transferência do título eleitoral para o Município de Ipatinga.

Concomitantemente, vem sendo realizadas periódicas "rodas de conversas", com discussões que levem à conscientização da importância do efetivo exercício dos direitos políticos como forma de assegurar a implementação dos direitos sociais.

Finalmente, consta no calendário do projeto a promoção do encontro dos postulantes aos cargos eletivos dos poderes Executivo e Legislativos nas eleições municipais de 2016 com a população em situação de rua, para que os candidatos possam ouvir os anseios dessa classe de excluídos e, também, apresentar as propostas voltadas a esse público, permitindo a esses cidadãos formar a convicção a respeito do voto e, posteriormente, acompanhar e cobrar a implementação das promessas de campanha.

\* PROMOTORA DE JUSTIÇA

<sup>1</sup> Goulart, Marcelo Pedrosa. *Elementos para uma teoria geral do Ministério Público*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013, p. 107.

<sup>2</sup> Idem, p. 108.

<sup>3</sup> Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

<sup>4</sup> In: *Tempos Líquidos*/ Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros - Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p.72.

# MPs se preparam para o Torneio Nacional de Futebol Society em Florianópolis em maio

FOTOS: FELIPE JAVARE



Atletas do Ministério Público preparam suas chuteiras para o XV Torneio Nacional de Futebol Society, a ser realizado em Santa Catarina, na sede balneária da Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP), de 26 a 29 de maio.

Mais de 20 delegações de todos os estados são esperadas para uma grande confraternização, disputando dentro do campo o título de campeã.

Essa é a segunda vez que a ACMP promoverá o evento em Santa Catarina, que há 13 anos não recebe os jogos.

Com uma média de mais de mil participantes todos os anos, o torneio promete repetir o sucesso das edições anteriores. As equipes são distribuídas em quatro categorias, conforme a idade dos jogadores: força livre, master, super master e sênior.

O Torneio de Futebol Society do MP é realizado pela Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP), em parceria com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

## Treino

No dia 27 de março, as equipes força livre e master da AMMP fizeram treinos. No ano passado, em São Paulo, a equipe master mineira trouxe o troféu de campeão para casa.

## Circuito das Estações dá a largada em Belo Horizonte

Belo Horizonte recebe, no dia 13 de março, a etapa Outono do Circuito das Estações. O circuito é disputado em quatro provas, cada uma realizada em uma estação do ano. Dessa forma, o atleta tem condições de acompanhar seu desempenho, em diferentes circunstâncias de tempo.

As provas do Circuito das Estações são umas das mais disputadas e atraem milhares de pessoas.

Outras provas realizadas durante o ano já estão com as inscrições abertas, como a All Limits Lagoa dos Ingleses, que será realizada em 3 de abril.

A All Limits é mais uma prova que está no cronograma de atividades da Equipe AMMP. Também serão realizados campeonatos estadual e nacional de futebol, sinuca, tênis e kart. Ao lado, o calendário da programação anual.

JANEIRO			24 - CIRCUITO DO SOL	
FEVEREIRO			27 - TREINO FUTEBOL	
MARÇO		13 - CIRCUITO DAS ESTAÇÕES	19 20 - DESAFIO SERRA DO CIPÓ	
ABRIL	3 - ALL LIMITS	16 - CIRCUITO BHSHOW		30 - KART
MAIO	7 - NIGHT RUN		22 - TRACK & FIELD	28 E 29 - TORNEIO NACIONAL DE FUTEBOL
JUNHO		13 - TREINO CORRIDA	19 - DESAFIO CROSS COUNTRY	26 - CIRCUITO DAS ESTAÇÕES
JULHO		17 - TRACK & FIELD		
AGOSTO	6 E 7 - TORNEIO DE FUTEBOL	7 - CIRCUITO DAS ESTAÇÕES	14 - 10 MILHAS GAROTO	27 E 28 - TORNEIO SINUCA E TRUCO
SETEMBRO		11 - ALL LIMITS	18 TRACK & FIELD	24 E 25 - TORNEIO DE TÊNIS
OUTUBRO	1 - TORNEIO DE KART	15 - NIGHT RUN	16 - MEIA MARATONA RIO	23 - CORRIDA CRUZEIRO
NOVEMBRO	5 - TORNEIO PETECA	13 - ALL LIMITS	19 - TREINO CORRIDA	27 - CIRCUITO DAS ESTAÇÕES
DEZEMBRO	4 - VOLTA INTERNACIONAL DA PAMPULHA			

■ CORRIDAS   
 ■ FUTEBOL   
 ■ KART   
 ■ TENIS   
 ■ SINUCA   
 ■ PETECA